



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONDENSADAS

Individuais e Consolidadas

31 de março de 2022

SUMÁRIO

Relatório dos auditores independentes	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Demonstrações do valor adicionado	11
1 Contexto operacional	12
2 Base de preparação e apresentação	13
3 Caixa e equivalentes de caixa	13
4 Aplicações financeiras	14
5 Contas a receber	14
6 Investimentos	15
7 Imobilizado	17
8 Intangível	19
9 Fornecedores	21
10 Tributos a recolher sobre o lucro	21
11 Concessões a pagar	23
12 Financiamentos e debêntures	24
13 Provisão para compromissos futuros	26
14 Processos judiciais	26
15 Patrimônio líquido	28
16 Receita líquida	29
17 Custos e despesas operacionais	30
18 Receitas e despesas financeiras	31
19 Transações com partes relacionadas	31
20 Instrumentos financeiros	32
21 Cobertura de seguros	38
22 Compromissos	38
23 Informações complementares ao fluxo de caixa	39
24 Eventos subsequentes	39



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de demonstrações financeiras intermediárias condensadas, individuais e consolidadas

Aos Conselheiros e Diretores da
Aliança Geração de Energia S.A.
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias condensadas, da Aliança Geração de Energia S.A. ("Companhia") em 31 de março de 2022, que compreendem os balanços patrimoniais condensados, individuais e consolidados, em 31 de março de 2022 e as respectivas demonstrações condensadas, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, e as notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e das demonstrações financeiras intermediárias condensadas consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) e de acordo com a IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias condensadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). A revisão de demonstrações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e, conseqüentemente, não nos permite obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais, em 31 de março de 2022, não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) – Demonstração intermediária.

Conclusão sobre as demonstrações financeiras intermediárias condensadas consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias condensadas consolidadas, em 31 de março de 2022, não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e com a IAS 34 – *Interim Financial Reporting*.

Ênfase - Transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para o fato de que parte substancial das operações de venda de energia da Companhia são realizadas com partes relacionadas, conforme descrito na nota explicativa nº 19. Essas transações foram efetuadas de acordo com os termos específicos acordados entre a Administração da Companhia e essas partes relacionadas. Portanto, as demonstrações financeiras intermediárias e condensadas acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações financeiras intermediárias condensadas, individuais e consolidadas, incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras intermediárias condensadas, individuais e consolidadas, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as demonstrações financeiras intermediárias condensadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às demonstrações financeiras intermediárias condensadas, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 08 de julho de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG

Milena dos Santos Rosa
Contadora CRC RJ-100983/O-7

Balanços patrimoniais

Em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021, em milhares de reais.

ATIVO	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	181.098	274.232	309.704	378.108
Aplicações financeiras	4	201.868	140.378	216.167	166.541
Contas a receber	5	112.294	105.166	122.552	119.406
Estoques		11.501	11.610	12.587	12.696
Tributos a recuperar		47.233	39.893	51.638	44.458
Dividendos a receber	6	29.165	7.305	-	-
Outros valores a receber		3.524	5.912	3.995	6.551
Total do ativo circulante		586.683	584.496	716.643	727.760
NÃO CIRCULANTE					
Aplicações financeiras	4	-	-	12.833	12.401
Tributos a recuperar		-	-	3.496	3.496
Depósitos vinculados a litígios	14.b	7.274	7.086	7.285	7.096
Outros valores a receber de partes relacionadas	19	255.913	148.922	151.161	148.922
Outros valores a receber		28.566	22.850	28.566	22.851
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.1	-	-	503	-
Investimento	6	1.060.851	1.077.079	-	-
Imobilizado	7	1.323.723	1.341.320	2.549.162	2.466.671
Intangível	8	661.928	671.359	692.997	702.808
Total do ativo não circulante		3.338.255	3.268.616	3.446.003	3.364.245
Total do ativo		3.924.938	3.853.112	4.162.646	4.092.005

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

Balanços patrimoniais

Em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021, em milhares de reais.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
CIRCULANTE					
Fornecedores	9	32.162	57.943	41.991	69.538
Salários e encargos a pagar		11.031	12.457	11.032	12.458
Tributos e contribuições sociais a recolher		8.016	6.375	11.008	7.960
Tributos a recolher sobre o lucro	10	15.383	-	16.595	1.718
Concessões a pagar	11	35.807	32.013	35.807	32.013
Financiamentos e debêntures	12	102.088	90.427	112.803	101.306
Arrendamentos		1.425	1.454	2.594	2.517
Encargos regulatórios a recolher		6.444	5.921	6.472	5.951
Provisão para compromissos futuros	13	19.547	18.217	20.055	18.661
Dividendos a pagar	15.a	220.000	505.836	220.000	505.836
Outros passivos		4.084	3.786	4.085	3.784
Total do passivo circulante		455.987	734.429	482.442	761.742
NÃO CIRCULANTE					
Concessões a pagar	11	246.429	250.274	246.429	250.274
Financiamentos e debêntures	12	504.018	514.096	688.184	700.351
Arrendamentos		2.442	2.741	15.785	14.894
Encargos regulatórios a recolher		29.831	28.699	29.831	28.699
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.1	255.161	240.323	255.161	239.828
Provisão para compromissos futuros	13	65.968	67.388	79.687	81.055
Provisões para processos judiciais	14	159.476	157.257	159.501	157.257
Total do passivo não circulante		1.263.325	1.260.778	1.474.578	1.472.358
Total dos passivos		1.719.312	1.995.207	1.957.020	2.234.100
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
	15				
Capital social		1.291.488	1.291.488	1.291.488	1.291.488
Reserva de capital		566.417	566.417	566.417	566.417
Reserva de lucros		285.835	-	285.835	-
Lucros acumulados		61.886	-	61.886	-
Total do patrimônio líquido		2.205.626	1.857.905	2.205.626	1.857.905
Total do passivo e do patrimônio líquido		3.924.938	3.853.112	4.162.646	4.092.005

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

Demonstrações do resultado

Para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2022 e 2021, em milhares de reais.

	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
RECEITA LÍQUIDA	16	256.143	262.134	275.634	284.554
Energia elétrica comprada para revenda		(65.021)	(41.662)	(65.659)	(43.096)
Encargos de uso da rede básica de transmissão		(18.684)	(14.217)	(21.168)	(15.238)
Depreciação e amortização		(32.521)	(33.696)	(39.896)	(41.085)
Outros custos com geração de energia		(25.668)	(18.920)	(28.492)	(20.467)
TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS	17.a	(141.894)	(108.495)	(155.215)	(119.886)
LUCRO BRUTO		114.249	153.639	120.419	164.668
Despesas gerais e administrativas		(10.183)	(7.406)	(11.308)	(8.319)
Outras (despesas) receitas operacionais		(327)	(218)	(327)	(306)
Resultado de equivalência patrimonial	6.b	3.315	6.427	-	-
TOTAL DAS (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS	17.b	(7.195)	(1.197)	(11.635)	(8.625)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		107.054	152.442	108.784	156.043
Receitas financeiras	18	9.726	5.268	13.486	7.084
Despesas financeiras	18	(24.667)	(15.435)	(29.452)	(19.536)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	10.2	92.113	142.275	92.818	143.591
Imposto de renda e contribuição social correntes	10.2	(15.389)	(43.059)	(16.103)	(44.258)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.2	(14.838)	(3.203)	(14.829)	(3.320)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		61.886	96.013	61.886	96.013
Lucro líquido básico e diluído por ação – R\$	15.d	0,05	0,07	0,05	0,07
Quantidade média ponderada de ações (em milhares)	15.d	1.291.582	1.291.582	1.291.582	1.291.582

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

Demonstrações do resultado abrangente

Para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2022 e 2021, em milhares de reais.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
Lucro líquido do período	61.886	96.013	61.886	96.013
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	61.886	96.013	61.886	96.013

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido controladora e consolidado

Para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2022 e 2021, em milhares de reais.

	Nota	Capital Social	Reserva de capital	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2020		1.291.488	566.417	-	-	1.857.905
Lucro líquido do período	15.d	-	-	-	96.013	96.013
Em 31 de março de 2021		1.291.488	566.417	-	96.013	1.953.918
Em 31 de dezembro de 2021		1.291.488	566.417	-	-	1.857.905
Lucro líquido do período	15.d	-	-	-	61.886	61.886
Constituição de reserva de lucros	15.a	-	-	285.835	-	285.835
Em 31 de março de 2022		1.291.488	566.417	285.835	61.886	2.205.626

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2022 e 2021, em milhares de reais.

	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do período		61.886	96.013	61.886	96.013
Ajustes por:					
Depreciação e amortização	7 e 8	33.414	32.771	40.181	42.067
Baixas líquidas de imobilizado e intangível	7 e 8	215	86	476	-
Resultado de equivalência patrimonial	6	(3.390)	(6.515)	-	-
Juros, variações monetárias e outras variações financeiras		24.199	16.295	28.798	20.387
Imposto de renda e contribuição social	1,2	30.227	46.262	30.932	47.578
Amortização prêmio de repactuação do risco hidrológico		-	1.392	-	1.392
Provisões para processos judiciais	14	420	13.890	445	13.890
		146.971	200.194	162.718	221.327
Variação de ativos e passivos					
Contas a receber		(7.128)	(7.058)	(3.146)	3.170
Tributos a recuperar		(17.016)	12.690	(17.591)	16.973
Depósitos judiciais	14.b	153	677	152	676
Outros ativos		(3.659)	(1.172)	(3.490)	(1.047)
Fornecedores		(25.781)	(12.290)	(27.547)	(15.039)
Salários e encargos a pagar		(1.426)	(3.939)	(1.426)	(3.939)
Tributos e contribuições sociais		17.882	(7.542)	19.844	(13.182)
Provisão para compromissos futuros	13	(4.252)	(3.738)	(4.252)	(3.697)
Outros passivos		1.843	(696)	1.954	(696)
		(39.384)	(23.068)	(35.502)	(16.781)
Caixa gerado pelas operações		107.587	177.126	127.216	204.546
Imposto de renda e contribuição social pagos		(6.571)	(82.865)	(7.611)	(82.865)
Juros pagos	12	(12.748)	-	(16.767)	(3.504)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		88.268	94.261	102.838	118.177
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Adições no imobilizado e no intangível	7 e 8	(3.601)	(2.429)	(91.527)	(54.388)
Aumento/Integralização de capital em controladas	6	(89.332)	(50.115)	-	-
Aplicações financeiras		(61.490)	(200.368)	(50.058)	(200.022)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		(154.423)	(252.912)	(141.585)	(254.410)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Pagamentos de financiamentos e debêntures	12	(8.533)	-	(11.005)	(2.556)
Pagamentos de arrendamentos		(409)	(393)	(665)	(660)
Pagamento de concessões	11	(18.037)	(13.311)	(18.037)	(13.311)
Financiamentos obtidos	12	-	262.930	50	262.930
Caixa líquido gerado pelas (consumidos nas) atividades de financiamento		(26.979)	249.226	(29.657)	246.403
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		(93.134)	90.575	(68.404)	110.170
No início do exercício		274.232	311.441	378.108	385.220
No fim do período		181.098	402.016	309.704	495.390
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(93.134)	90.575	(68.404)	110.170

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

Demonstrações do valor adicionado

Para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2022 e 2021, em milhares de reais.

Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO		
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR					
Receitas		298.759	304.099	322.792	330.677
Venda de energia	16	298.478	303.850	322.511	330.428
Outras receitas		281	249	281	249
Insumos adquiridos de terceiros		(79.190)	(51.911)	(83.369)	(55.487)
Custos com aquisição de energia para revenda	17	(65.021)	(41.662)	(65.659)	(43.096)
Serviços de Terceiros		(13.158)	(9.307)	(16.691)	(11.441)
Materiais		(1.011)	(942)	(1.019)	(950)
Outros custos operacionais:		(34.433)	(27.936)	(37.829)	(29.703)
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão		(18.684)	(14.217)	(21.168)	(15.238)
Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos	16	(7.112)	(5.863)	(7.112)	(5.863)
Encargos regulatórios		(3.547)	(3.593)	(3.631)	(3.674)
Outros		(5.090)	(4.263)	(5.918)	(4.928)
Valor adicionado bruto		185.136	224.252	201.594	245.487
Retenções					
Depreciação e amortização	7 e 8	(33.414)	(34.545)	(40.181)	(41.392)
Valor adicionado líquido		151.722	189.707	161.413	204.095
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial	6	3.315	6.427	(76)	-
Receitas financeiras	18	9.726	5.268	13.486	7.084
Valor adicionado a distribuir		164.763	201.402	174.823	211.179
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Empregados		15.564	10.791	15.565	10.791
Remuneração direta		13.159	8.915	13.159	8.915
Benefícios		1.910	1.485	1.911	1.485
FGTS		495	391	495	391
Impostos, taxas e contribuições		62.251	78.830	67.413	84.223
Federais		57.442	74.406	59.191	76.909
Estaduais		4.728	4.353	8.141	7.243
Municipais		81	71	81	71
Remuneração de capitais de terceiros		25.062	15.768	29.959	20.152
Juros		24.429	15.274	28.853	19.090
Aluguéis		394	334	505	618
Outras despesas financeiras		239	160	601	444
Remuneração de capitais próprios		61.886	96.013	61.886	96.013
Dividendos retidos		61.886	96.013	61.886	96.013
Valor adicionado distribuído		164.763	201.402	174.823	211.179

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

1 | Contexto operacional

A Aliança Geração de Energia S.A. (“Aliança”, “Controladora” ou “Companhia”) é uma Sociedade Anônima de Capital Fechado, com o início de suas operações a partir de 27 de fevereiro de 2015, data em que ocorreu a transferência de ativos de geração de energia elétrica de seus acionistas, Vale S.A. (“Vale”) e Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”). A Companhia, anteriormente denominada Central Eólica Santo Inácio V Ltda. e Vale Geração de Energia S.A., passou a ter a denominação de Aliança Geração de Energia S.A. em 17 de janeiro de 2014, tendo a Cemig GT ingressado como acionista em 5 de agosto de 2014, data em que ocorreu a assinatura do Acordo de Associação firmado entre os acionistas, o qual deu origem à *joint venture*. A Companhia é domiciliada no Brasil, com endereço na Rua Matias Cardoso, 169, 9º andar, Bairro Santo Agostinho, Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

A Aliança tem por objeto social (i) estudar, planejar, construir e explorar sistemas de geração e comercialização de energia elétrica, com vistas à exploração econômica e comercial; (ii) prestação de serviços técnicos e de consultoria, na área de atuação, a empresas no Brasil e no exterior; e (iii) participação em outras sociedades ou empreendimentos de geração de energia elétrica.

A Companhia possui um parque gerador com capacidade instalada de 1.257 MW. Desse total, (i) 1.158 MW através de participações em 7 usinas hidrelétricas com uma garantia física de 668 MW médios, e (ii) 99 MW por meio de participações em 4 parques eólicos com fator de capacidade de 46 MW médios a P90; e (iii) 180 MW em implantação por meio da expansão do Complexo Eólico de Santo Inácio com mais um parque e 3 parques eólicos no Rio Grande do Norte. Para maiores detalhes, veja nota explicativa nº 6 - Investimentos.

A Aliança possui autorização para exploração do potencial hidrelétrico como produtora independente e detém contratos de fornecimento de energia vendidos no longo prazo nos ambientes livre e regulado.

Segue quadro resumo informativo acerca das usinas e consórcios da Companhia:

Empreendimento - Usina Hidrelétrica	Participação Aliança	Município (em MG)	Rio	Capacidade Instalada (MW) ¹	Energia assegurada (MW médios) ¹	Vencimento da Concessão
Funil	100%	Perdões	Grande	180	85	Mai/40
Eliezer Batista ("Aimorés")	100%	Aimorés	Doce	330	182	Nov/39
Amador Aguiar ("Consórcio Capim Branco")						
Amador Aguiar I ("Capim Branco I")	87,36%	Araguari	Araguari	240	154	Nov/42
Amador Aguiar I ("Capim Branco II")	87,36%	Araguari	Araguari	210	132	Jan/42 ²
Porto Estrela ("Consórcio de Porto Estrela")	66,67%	Joanésia	Santo Antônio	112	62	Jul/32 ³
Igarapava ("Consórcio de Igarapava")	52,65%	Conquista	Grande	210	134	Set/31
Risoleta Neves ("Consórcio de Candonga")	50,00%	Rio Doce	Doce	140	65	Jul/38

¹ Os valores referem-se à capacidade instalada e energia assegurada do consórcio.

² Processo ANEEL em andamento, os cálculos a serem homologados dependem da deliberação da extensão referente à repactuação ACR e deverão alterar o termo final da outorga da concessão.

³ Não ocorreu adesão à repactuação para a UHE Porto Estrela, considerado o vencimento da concessão atual.

2 | Base de preparação e apresentação

2.1 | Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras intermediárias condensadas consolidadas foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting" emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB" - identificadas como consolidado.

As demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais da controladora foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1). No caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRS, em relação às demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais, somente no que se refere à capitalização de juros incorridos pela controladora, em relação aos ativos construídos de suas controladas. Para fins de IFRS, esta capitalização somente é permitida nas demonstrações financeiras intermediárias condensadas consolidadas e não nas condensadas individuais da controladora.

Todas as informações relevantes utilizadas pela Administração na gestão da Companhia estão evidenciadas nestas demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

Em 23 de junho de 2022, o Conselho de Administração aprovou a emissão das demonstrações financeiras intermediárias condensadas da Companhia referentes ao período de três meses findos em 31 de março de 2022 e autorizaram a sua conclusão.

2.2 | Base de mensuração

As demonstrações financeiras intermediárias condensadas foram preparadas para atualizar os usuários sobre os eventos e transações relevantes ocorridas no período e devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, emitidas em 24 de março de 2022. As políticas contábeis, estimativas e julgamentos contábeis, gestão de risco e métodos de mensuração são os mesmos que aqueles adotados na elaboração das últimas demonstrações financeiras anuais.

2.3 | Principais políticas contábeis

Neste período, não ocorreram mudanças nas políticas contábeis e, portanto, mantém-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

3 | Caixa e equivalentes de caixa

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Caixa e contas bancárias	256	1.009	375	1.174
Recursos mantidos em aplicações financeiras	180.842	273.223	309.329	376.934
	181.098	274.232	309.704	378.108

As aplicações financeiras são compostas substancialmente por Certificados de Depósitos Bancários - CDB, que são acrescidos de rendimentos atrelados à variação do CDI, que variaram entre 99% e 110% em 31 de março de 2022 (85% e 110% em 31 de dezembro de 2021), conforme definido quando da contratação de cada operação.

A exposição da Companhia e de suas controladoras a riscos de taxa de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 20.

4 | Aplicações financeiras

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Recursos mantidos em aplicações financeiras	201.868	140.378	216.167	166.541
Caixa restrito	-	-	12.833	12.401
	201.868	140.378	229.000	178.942
Ativo circulante	201.868	140.378	216.167	166.541
Ativo não circulante	-	-	12.833	12.401
	201.868	140.378	229.000	178.942

As aplicações financeiras de curto prazo são compostas substancialmente por Certificados de Depósitos Bancários – CDB, que são acrescidos de rendimentos atrelados à variação do CDI, que variaram entre 99% e 110% março de 2022 (102,25% e 110,00% em 31 de dezembro 2021) conforme definido na contratação de cada operação.

Já as aplicações financeiras de longo prazo são compostas por FIC - DI, que remuneram a cota final de 2,98 em 31 de março de 2022 (2,93 em 31 de dezembro 2021) conforme definido na contratação de cada operação.

5 | Contas a receber

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Industrial ou equivalente	48.978	44.497	52.810	47.973
Suprimento a outras concessionárias	63.316	57.778	66.510	60.680
Câmara de comercialização de energia elétrica	-	2.891	3.232	10.753
	112.294	105.166	122.552	119.406

O prazo médio de recebimento da energia vendida por meio de contratos é de, aproximadamente, 30 dias, contados do primeiro dia do mês subsequente à venda, enquanto o prazo dos valores liquidados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) é de, aproximadamente, 45 dias. Desta forma, em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021, contas a receber da Companhia possui vencimentos inferiores a 60 dias e não há provisão para perda esperada. Para maiores detalhes em relação ao risco de crédito da Companhia vide nota explicativa nº 20.

6 | Investimentos

a. Movimentação dos saldos da controladora

	CONTROLADORA						31/03/2022
	31/12/2021	Aumento de Capital / AFAC	Adição (Amortização)	Resultado do período	Dividendos a receber	Redução de capital	
Garrote	92.672	-	-	1.433	(5.920)	(22.150)	66.035
Santo Inácio III	117.090	-	-	1.954	(6.729)	(32.250)	80.065
São Raimundo	128.749	-	-	741	(2.564)	(27.201)	99.725
Santo Inácio IV	93.504	-	-	1.607	(6.647)	(23.151)	65.313
Acauã I	75.211	12.223	-	(355)	-	-	87.079
Acauã II	99.212	14.434	-	(194)	-	-	113.452
Acauã III	74.644	6.212	-	(461)	-	-	80.395
Gravier	294.073	56.463	-	(1.335)	-	-	349.201
Ágio CESI	8.706	-	(75)	-	-	-	8.631
Juros capitalizados	61.977	-	(535)	-	-	-	61.442
Juros capitalizados em implantação	31.241	-	18.272	-	-	-	49.513
	1.077.079	89.332	17.662	3.390	(21.860)	(104.752)	1.060.851

	CONTROLADORA						31/12/2021
	31/12/2020	Aumento de Capital / AFAC	Adição (Amortização)	Resultado do período	Dividendos recebidos	Dividendos a receber	
Garrote	92.738	-	-	8.310	(6.401)	(1.975)	92.672
Santo Inácio III	115.227	-	-	9.443	(5.337)	(2.243)	117.090
São Raimundo	126.630	-	-	4.784	(1.794)	(871)	128.749
Santo Inácio IV	92.612	-	-	9.331	(6.223)	(2.216)	93.504
Acauã I	33.240	43.277	-	(1.306)	-	-	75.211
Acauã II	30.170	70.198	-	(1.156)	-	-	99.212
Acauã III	21.989	54.134	-	(1.479)	-	-	74.644
Gravier	76.585	219.651	-	(2.163)	-	-	294.073
Ágio CESI	8.995	-	(289)	-	-	-	8.706
Juros capitalizados	64.022	-	(2.045)	-	-	-	61.977
Juros capitalizados em implantação	-	-	31.241	-	-	-	31.241
	662.208	387.260	28.907	25.764	(19.755)	(7.305)	1.077.079

Valores capitalizados CESI

A Companhia captou recursos por meio de notas promissórias e debêntures para a construção das Centrais Eólicas de Santo Inácio. Os juros sobre essas dívidas foram capitalizados no investimento durante o período de construção das Usinas nas demonstrações contábeis da controladora enquanto no consolidado estes montantes são capitalizados no imobilizado.

Em dezembro de 2017, o parque Eólico Santo Inácio entrou em operação e iniciou-se a amortização dos juros capitalizados, considerando o período da concessão (até 2051). Em 31 de março de 2022, o montante amortizado acumulado é de R\$10.139 (R\$9.604 em 31 de dezembro de 2021).

Valores capitalizados Projeto Eólico de Acauã e Gravier

A Central Eólica Gravier e o Projeto Eólico de Acauã encontram-se em fase de construção e por esse motivo, os juros da dívida estão sendo capitalizados no montante de R\$49.513 em 31 de março de 2022 (R\$31.241 em 31 de dezembro de 2021).

Ágio CESI

A Companhia reconhece no seu investimento o montante líquido de R\$8.631 em 31 de março de 2022 (R\$8.706 em 31 de dezembro de 2021) referente a ágio aportado pelo acionista.

b. INFORMAÇÕES DAS CONTROLADAS

A participação da Aliança em todas as empresas abaixo é de 100%. Os principais saldos patrimoniais das controladas são apresentados como segue:

	31/03/2022					
	Capital social e AFAC	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo)	Receita líquida
Central Eólica Garrote S.A.	63.031	145.351	79.316	66.035	1.433	4.564
Central Eólica Santo Inácio III S.A.	76.476	187.649	107.583	80.066	1.954	5.953
Central Eólica São Raimundo S.A.	96.185	193.355	93.630	99.725	741	4.556
Central Eólica Santo Inácio IV S.A.	62.094	146.527	81.217	65.310	1.607	4.664
Central Eólica Acauã I S.A.	89.357	88.152	1.073	87.079	(355)	-
Central Eólica Acauã II S.A.	115.361	117.925	4.473	113.452	(194)	-
Central Eólica Acauã III S.A.	82.952	81.077	682	80.395	(461)	-
Central Eólica Gravier S.A.	353.020	354.175	4.972	349.203	(1.335)	-

	31/12/2021					
	Capital social e AFAC	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo)	Receita líquida
Central Eólica Garrote S.A.	85.182	144.357	136.047	86.336	8.310	22.977
Central Eólica Santo Inácio III S.A.	108.726	186.188	176.745	109.890	9.443	28.777
Central Eólica São Raimundo S.A.	123.386	194.023	189.239	124.836	4.784	21.463
Central Eólica Santo Inácio IV S.A.	85.245	145.375	136.044	86.388	9.331	23.827
Central Eólica Acauã I S.A.	77.134	78.590	79.896	76.517	(1.306)	-
Central Eólica Acauã II S.A.	100.927	101.271	102.427	100.838	(1.156)	-
Central Eólica Acauã III S.A.	76.740	75.963	77.442	76.123	(1.479)	-
Central Eólica Gravier S.A.	296.557	296.977	299.140	296.237	(2.163)	-

Parque Eólico Santo Inácio ("CESI")

O CESI teve o início de operação em dezembro de 2017 e é formado pelas seguintes centrais eólicas: Central Eólica Garrote S.A. ("Garrote"), Central Eólica São Raimundo S.A. ("São Raimundo"), Central Eólica Santo Inácio III S.A. ("Santo Inácio III"), e Central Eólica Santo Inácio IV S.A. ("Santo Inácio IV"), todas localizadas no município de Icapuí (CE) com capacidade instalada total de 98,7MW.

Central Eólica Gravier ("Gravier")

Localizado em Icapuí (CE) com o início da implantação do empreendimento em janeiro de 2021 e operação comercial plena estimada para junho de 2022. O projeto contará com 17 aerogeradores, tendo uma capacidade instalada total de 71,4 MW.

Projeto Eólico Acauã ("Acauãs")

As sociedades que integram esse projeto são: Central Eólica Acauã I S.A. ("Acauã I"), Central Eólica Acauã II S.A. ("Acauã II") e Central Eólica Acauã III S.A. ("Acauã III"). Localizado nos municípios de Tenente Laurentino Cruz, Lagoa Nova, Santana do Matos e São Vicente, no estado do Rio Grande do Norte, o projeto teve o início da implantação em março de 2021 e operação comercial plena estimada para setembro de 2023. O projeto contará com 26 aerogeradores tendo uma capacidade instalada total de 109,2 MW.

7 | Imobilizado

A composição e a movimentação do ativo imobilizado para a controladora é como segue:

	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Outros	Imobilizado em curso (a)	TOTAL
Custo de aquisição							
Em 31/12/2020	107.076	1.042.993	274.254	1.105.567	2.007	17.224	2.549.121
Adições	-	-	-	-	-	25.495	25.495
Baixas	-	-	-	(1.712)	(7)	(270)	(1.989)
Transferência	2.835	857	784	7.297	100	(11.873)	-
Em 31/12/2021	109.911	1.043.850	275.038	1.111.152	2.100	30.576	2.572.627
Adições	1.237	170	1	479	-	1.714	3.601
Baixas	-	-	-	(416)	(4)	-	(420)
Transferência	-	-	-	138	-	(138)	0
Em 31/03/2022	111.148	1.044.020	275.039	1.111.353	2.096	32.152	2.575.808
Depreciação acumulada							
Em 31/12/2020	(31.442)	(446.279)	(122.896)	(533.472)	(992)	(3.449)	(1.138.530)
Adições	(4.850)	(38.177)	(11.685)	(38.501)	(84)	(436)	(93.733)
Baixas	-	-	-	950	6	-	956
Em 31/12/2021	(36.292)	(484.456)	(134.581)	(571.023)	(1.070)	(3.885)	(1.231.307)
Adições	(1.116)	(8.452)	(2.712)	(8.613)	(13)	(104)	(21.010)
Baixas	-	-	-	232	-	-	232
Em 31/03/2022	(37.408)	(492.908)	(137.293)	(579.404)	(1.083)	(3.989)	(1.252.085)
Valor líquido							
Líquido em 31/12/2021	73.619	559.394	140.457	540.129	1.030	26.691	1.341.320
Líquido em 31/03/2022	73.740	551.112	137.746	531.949	1.013	28.163	1.323.723
Taxa média de depreciação	4,04%	3,24%	3,94%	3,10%	2,29%	1,33%	3,26%

A composição e a movimentação do ativo imobilizado para o consolidado é como segue:

	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Outros	Imobilizado em curso (a)	TOTAL
Custo de aquisição							
Em 31/12/2020	122.838	1.042.545	298.155	1.726.850	16.193	165.426	3.372.007
Adições	1.238	-	2	-	-	450.310	451.550
Baixas	-	-	-	(5.522)	(2.397)	(2.374)	(10.293)
Transferência	2.835	857	784	7.297	100	(11.922)	(49)
Em 31/12/2021	126.911	1.043.402	298.941	1.728.625	13.896	601.440	3.813.215
Adições	2.570	170	3	479	-	107.607	110.829
Baixas	-	-	-	(416)	(4)	-	(420)
Transferência	-	-	-	169	-	(169)	-
Em 31/03/2022	129.481	1.043.572	298.944	1.728.857	13.892	708.878	3.923.624
Depreciação acumulada							
Em 31/12/2020	(32.237)	(446.279)	(125.469)	(616.035)	(1.772)	(3.940)	(1.225.732)
Adições	(5.291)	(38.177)	(12.438)	(64.669)	(516)	(677)	(121.768)
Baixas	-	-	-	950	6	-	956
Em 31/12/2021	(37.528)	(484.456)	(137.907)	(679.754)	(2.282)	(4.617)	(1.346.544)
Adições	(1.233)	(8.452)	(2.913)	(15.284)	(94)	(175)	(28.151)
Baixas	-	-	-	233	-	-	233
Em 31/03/2022	(38.761)	(492.908)	(140.820)	(694.805)	(2.376)	(4.792)	(1.374.462)
Valor líquido							
Em 31/12/2021	89.383	558.946	161.034	1.048.871	11.614	596.823	2.466.671
Em 31/03/2022	90.720	550.664	158.124	1.034.052	11.516	704.086	2.549.162
Taxa média de depreciação	3,85%	3,24%	3,90%	3,54%	2,71%	0,11%	2,91%

(a) A depreciação apresentada no imobilizado em curso está relacionada as peças sobressalentes incluídas em tal rubrica.

No total de imobilizado no consolidado estão inclusos os juros capitalizados de empréstimos no montante líquido de R\$61.442 em 31 de março 2022 (R\$61.977 em 31 de dezembro 2021). Na controladora os referidos juros estão capitalizados no investimento.

Rompimento de barragem de rejeitos em Mariana

Até a data de apresentação destas demonstrações financeiras intermediárias condensadas a Companhia não tomou conhecimento de nenhum fato novo que modificasse as conclusões alcançadas no último teste de recuperabilidade realizado.

Provisão de desmobilização

A Companhia mantém reconhecido em seu imobilizado (consolidado) a provisão dos custos decorrentes da desmobilização de seu Complexo Eólico de Santo Inácio, com base no valor presente dos fluxos de caixa esperados para o cumprimento da obrigação de retirada dos ativos relacionados a esse parque e de restauração do local ao final dos prazos de autorização. Em 31 de março de 2022 o montante registrado é de R\$11.842 (R\$11.540 em 31 de dezembro de 2021).

Para mais detalhes sobre a provisão de desmobilização veja nota nº 13 provisão para compromissos futuros.

Consórcios

Em 31 de março de 2022, não houve variação na parcela da Companhia em cada um dos ativos alocados aos consórcios. Adicionalmente não ocorreu movimentação significativa no período e nas taxas médias de depreciação.

8 | Intangível

A composição e movimentação do ativo intangível para a controladora é como segue:

	Licenças ambientais	Direito de Uso do bem público	Servidão	Softwares	Direito de extensão de concessão	Intangível em curso	TOTAL
Custo de aquisição							
Em 31/12/2020	111.407	141.780	1.131	1.669	1.267	431	257.685
Adições	77.871	10.090	-	140	500.842	-	588.943
Baixas	-	-	-	(46)	-	-	(46)
Transferências	-	-	-	431	-	(431)	-
Em 31/12/2021	189.278	151.870	1.131	2.194	502.109	-	846.582
Adições	2.390	-	-	-	-	-	2.390
Baixas	-	-	-	(27)	-	-	(27)
Em 31/03/2022	191.668	151.870	1.131	2.167	502.109	-	848.945
Amortização acumulada							
Em 31/12/2020	(91.980)	(46.361)	(312)	(1.464)	(291)	-	(140.408)
Adições	(16.530)	(7.908)	(49)	(74)	(10.300)	-	(34.861)
Baixas	-	-	-	46	-	-	46
Em 31/12/2021	(108.510)	(54.269)	(361)	(1.492)	(10.591)	-	(175.223)
Adições	(2.221)	(1.946)	(10)	(17)	(7.600)	-	(11.794)
Em 31/03/2022	(110.731)	(56.215)	(371)	(1.509)	(18.191)	-	(187.017)
Valor líquido							
Em 31/12/2021	80.768	97.601	770	702	491.518	-	671.359
Em 31/03/2022	80.937	95.655	760	658	483.918	-	661.928
Taxa média de amortização	4,66%	5,13%	3,69%	3,10%	6,05%	-	5,57%

A composição e movimentação do ativo intangível para o consolidado é como segue:

	Direito de uso	Licenças ambientais	Direito de Uso do bem público	Servidão	Softwares	Direito de extensão de concessão	Intangível em curso	TOTAL
Custo de aquisição								
Em 31/12/2020	30.395	112.884	141.780	1.131	1.669	1.267	431	289.557
Adições	-	80.262	10.090	-	140	500.842	401	591.735
Baixas	-	-	-	-	(46)	-	-	(46)
Transferências	-	-	-	-	431	-	(382)	49
Em 31/12/2021	30.395	193.146	151.870	1.131	2.194	502.109	450	881.295
Adições	-	2.390	-	-	87	-	-	2.477
Baixas	-	(231)	-	-	(27)	-	-	(258)
Transferências	-	-	-	-	49	-	(49)	-
Em 31/03/2022	30.395	195.305	151.870	1.131	2.303	502.109	401	883.514
Amortização acumulada								
Em 31/12/2020	(2.338)	(92.139)	(46.361)	(312)	(1.464)	(291)	-	(142.905)
Adições	(360)	(16.936)	(7.908)	(49)	(74)	(10.301)	-	(35.628)
Baixas	-	-	-	-	46	-	-	46
Em 31/12/2021	(2.698)	(109.075)	(54.269)	(361)	(1.492)	(10.592)	-	(178.487)
Adições	(87)	(2.367)	(1.946)	(10)	(17)	(7.600)	(3)	(12.030)
Em 31/03/2022	(2.785)	(111.442)	(56.215)	(371)	(1.509)	(18.192)	(3)	(190.517)
Valor líquido								
Em 31/12/2021	27.697	84.071	97.601	770	702	491.517	450	702.808
Em 31/03/2022	27.610	83.863	95.655	760	794	483.917	398	692.997
Taxa média de amortização	1,14%	4,87%	5,13%	3,69%	3,08%	6,05%	2,53%	5,45%

Os ativos intangíveis servidão, direito de uso do bem público e direito de extensão da concessão são amortizáveis pelo método linear que representam o padrão de consumo destes direitos. Como, nas autorizações outorgadas para a Companhia, não há indenização no final da concessão, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de amortização para que todos os ativos sejam amortizados dentro do período da concessão. A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

Repactuação do risco hidrológico

Em 08 de setembro de 2020, entrou em vigor a Lei nº 14.052 que alterou em partes a Lei nº 13.023 de 2015, e estabeleceu novas condições para a repactuação do risco hidrológico de contratos firmados no ambiente de contratação livre ("ACL"). A Lei nº 14.052, determinou que os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE, poderão ser compensados pelos efeitos decorrentes (i) de restrições ao escoamento da energia em função de atraso na entrada em operação ou de entrada em operação em condição técnica insatisfatória das instalações de transmissão de energia elétrica destinadas ao escoamento; e (ii) da diferença entre a garantia física outorgada na fase de motorização e os valores da agregação efetiva de cada unidade geradora motorizada ao Sistema Interligado Nacional (SIN), e que referida compensação dar-se-á mediante a extensão do prazo de outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel.

Em 01 de dezembro de 2020, foi editada a Resolução Normativa Aneel nº 895 que estabelece a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico.

Para serem elegíveis às compensações previstas na Lei nº 14.052, os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE deverão: (i) desistir da ação judicial cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE; (ii) renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionados ao MRE; e (iii) não ter repactuado o risco hidrológico.

A Companhia não possui ações de compensação abrangidas no item (i) acima e nem teve o risco hidrológico da parcela de energia abrangida pela Lei repactuado, assim é elegível à compensação prevista. Portanto, a Companhia após decisão do Conselho, em setembro de 2021, aderiu a repactuação para todas as usinas, exceto Porto Estrela e Capim Branco II.

Adicionalmente, a Companhia não efetuou o reconhecimento dos direitos de extensão relativo ao Consórcios de Porto Estrela, uma vez que há incertezas quanto ao pagamento da Utilização do Bem Público – UBP que podem afetar de forma material a viabilidade econômica do projeto e, por consequência, a decisão da Companhia em aderir à repactuação. E quanto à Capim Branco II, a homologação na repactuação não ocorreu em função do processo de repactuação no ACR que ainda se encontra em andamento na ANEEL, os cálculos serem homologados dependem da deliberação da extensão referente à repactuação ACR e deverão alterar o termo final da outorga da concessão.

Usina	Recuperação de custos	Extensão da concessão (anos)
Aimorés	114.566	3,91
Funil	60.546	4,37
Capim Branco I	116.776	6,24
Capim Branco II	91.666	5,40
Igarapava	96.445	2,69
Candongá	20.843	3,56
	500.842	

9 | Fornecedores

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Compra de energia elétrica (contratos no ACL)	24.137	35.606	24.137	35.606
Fornecedores de materiais e serviços	7.511	22.042	17.340	33.637
Encargos de uso da rede elétrica	293	295	293	295
Câmara de comercialização de energia elétrica	221	-	221	-
	32.162	57.943	41.991	69.538

O prazo médio de pagamento da Companhia é na média de 54 dias para controladora e consolidado. E sobre os saldos não há incidência de juros.

10 | Tributos a recolher sobre o lucro

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Imposto de renda	11.304	-	12.030	913
Contribuição social	4.079	-	4.565	805
	15.383	-	16.595	1.718

10.1 | Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

A Companhia possui débitos tributários diferidos de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25%, e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9%, referentes aos efeitos de diferenças temporárias relacionadas aos seguintes itens:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Créditos tributários				
Concessão com outorga onerosa (UBP)	7.398	6.754	7.398	6.754
Provisão para demandas judiciais	-	-	190	190
Prejuízo fiscal e base negativa	12.922	19.530	12.922	19.530
Demais provisões	8.845	10.551	8.381	10.129
Provisões para compromissos socioambientais	(554)	939	(216)	1.234
Outros	446	301	885	733
	29.057	38.075	29.560	38.570
Obrigações diferidas				
Juros capitalizados - CPC 20	(42.809)	(36.883)	(42.809)	(36.883)
Repactuação do risco hidrológico	(164.269)	(166.848)	(164.269)	(166.848)
Depreciação fiscal	(77.140)	(74.667)	(77.140)	(74.667)
	(284.218)	(278.398)	(284.218)	(278.398)
	(255.161)	(240.323)	(254.658)	(239.828)
Total do passivo	(255.161)	(240.323)	(255.161)	(239.828)
Total do ativo	-	-	503	-
	(255.161)	(240.323)	(254.658)	(239.828)

A Companhia considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados nas projeções baseadas no planejamento estratégico. A realização do prejuízo fiscal e base negativa registrado em 2021 irá ocorrer até a apuração de 2023.

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é como segue:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	(240.323)	7.150	(239.828)	7.556
Efeitos alocados às demonstrações de resultados	(14.838)	(247.473)	(14.830)	(247.384)
Saldo no final do período	(255.161)	(240.323)	(254.658)	(239.828)

10.2 | Conciliação da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado para controladora e consolidado no período de 2022 e 2021 conforme demonstrado a seguir:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/12/2021
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	92.113	142.275	92.818	143.591
Alíquota vigente - imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Despesa nominal esperada	(31.318)	(48.374)	(31.558)	(48.821)
Diferenças permanentes - efeitos fiscais incidentes sobre:				
Resultado de equivalência patrimonial	1.153	2.215	-	-
Diferença regime tributário – lucro presumido	-	-	1.333	1.265
Créditos tributários não constituídos	-	-	(798)	(266)
Incentivo fiscal da Sudene	-	-	146	261
Dedução de prejuízo fiscal acumulado	-	-	-	80
Outros	(62)	(103)	(55)	(97)
Despesa no resultado	(30.227)	(46.262)	(30.932)	(47.578)
Imposto corrente	(15.389)	(43.059)	(16.103)	(44.258)
Imposto diferido	(14.838)	(3.203)	(14.829)	(3.320)
	(30.227)	(46.262)	(30.932)	(47.578)
Alíquota efetiva	33%	33%	33%	33%

Lucro Real

O imposto de renda e a contribuição social do período corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do período.

O reconhecimento dos tributos sobre o lucro como diferidos é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, bem como dos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro são compensados quando existir um direito legalmente exequível sobre a mesma entidade tributável.

Os ativos fiscais diferidos decorrentes de perdas fiscais e diferenças temporárias não são reconhecidos quando não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser utilizadas nas diferenças temporárias ou prejuízos fiscais.

Lucro presumido

As controladas da Companhia, com base na sistemática fiscal do lucro presumido, aplicando-se as alíquotas de presunção sobre o faturamento bruto: 8% para imposto de renda e 12% para contribuição social. Somam-se a essas bases presumidas as outras receitas e as receitas financeiras, conforme a legislação vigente. Por fim, sobre esses totais, são aplicadas as alíquotas vigentes na data do encerramento do período para cada um dos tributos: 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social.

A Companhia adota o recolhimento do imposto de renda e da contribuição social pelo lucro presumido conforme o regime de competência.

11 | Concessões a pagar

A Companhia possui contratos de concessão onerosa com a União Federal de Utilização do Bem Público (UBP) para a geração de energia nas usinas hidrelétricas. As características dos negócios e dos contratos indicam a condição e a intenção das partes de executá-los integralmente.

Considerando que os valores contratuais estão a preços futuros, a Companhia procedeu ao seu ajuste a valor presente com base em taxas de desconto de referência na data de início da Companhia, quais sejam: Capim Branco e Candonga 12,19% a.a. e Porto Estrela 9,22% a.a.

Os valores originais, atualizados pela variação anual do Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) são pagos em parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) dos respectivos valores anuais.

As mutações dos saldos das usinas são apresentadas conforme segue:

	Porto Estrela	Capim Branco	Candonga	CONTROLADORA E CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2020	258.946	21.157	1.560	281.663
Efeitos financeiros reconhecidos	8.248	738	55	9.041
Amortizações	(11.739)	(1.473)	(99)	(13.311)
Saldo em 31/03/2021	255.455	20.422	1.516	277.393
Saldo em 31/12/2021	259.458	20.795	2.034	282.287
Efeitos financeiros reconhecidos	16.048	1.827	111	17.986
Amortizações	(15.937)	(1.970)	(130)	(18.037)
Saldo em 31/03/2022	259.569	20.652	2.015	282.236

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/03/2022	31/12/2021
Passivo circulante	35.807	32.013
Passivo não circulante	246.429	250.274
	282.236	282.287

a. Vencimentos das concessões a pagar apresentadas no passivo não circulante para controladora e consolidado são conforme segue:

2023	28.224
2024	34.488
2025	31.244
2026	28.314
2027 a 2031	106.561
2032 em diante	17.598
	246.429

12 | Financiamentos e debêntures

A composição dos financiamentos e debêntures para controladora e consolidado é como segue:

Descrição	Vencimento	Encargos anuais médios (%)	Moeda	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
				31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Debêntures – 2ª emissão	15/12/2029	IPCA + 3,65%	R\$	81.022	78.098	81.022	78.098
Debêntures – 3ª emissão (a)	15/02/2035	IPCA + 4,00%	R\$	288.212	298.707	288.212	298.707
Debêntures – 4ª emissão (b)	15/08/2035	IPCA + 4,90%	R\$	236.872	227.718	236.872	227.718
Finem BNDES	16/01/2034	TJLP + 2,48%	R\$	-	-	194.881	197.134
Total				606.106	604.523	800.987	801.657

Classificadas como:

Passivo circulante	102.088	90.427	112.803	101.306
Passivo não circulante	504.018	514.096	688.184	700.351
	606.106	604.523	800.987	801.657

a. DEBÊNTURES

As emissões de todas as debêntures foram realizadas nos termos da Instrução nº 476/2009 da Comissão de Valores Mobiliários e na forma do artigo 2º da Lei nº12.431/2011 e são, não conversíveis em ações, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição.

Debêntures	Data de emissão	Valor	Prazo (anos)	Amortização e pagamento de Juros	Pagamento da 1ª parcela	Espécie
2ª Emissão	27/06/2019	77.000	10,5	Semestral	15/06/2020	Garantia real
3ª Emissão	15/02/2021	270.000	14	Semestral	15/02/2022	Quirografia
4ª emissão	18/08/2021	220.000	14	Semestral	15/08/2022	Quirografia

A movimentação dos financiamentos e debêntures para a controladora e consolidado é como segue:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31 de dezembro de 2020	73.407	280.352
Financiamentos obtidos, líquidos do custo de transação	476.394	476.394
Encargos financeiros	61.047	75.862
Amortização do principal	(3.362)	(13.560)
Amortização de juros	(2.963)	(17.391)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	604.523	801.657
Financiamentos obtidos, líquidos do custo de transação	-	50
Encargos financeiros	22.864	27.052
Amortização do principal	(8.533)	(11.005)
Amortização de juros	(12.748)	(16.767)
Saldo em 31 março de 2022	606.106	800.987

O principal indexador utilizado para atualização monetária dos financiamentos e debêntures teve as seguintes variações acumuladas anualizadas:

Indexador	31/03/2022	31/12/2021
TJLP	6,08	5,32%
IPCA	11,30%	10,10%

O vencimento dos financiamentos e debêntures apresentados no passivo não circulante é conforme segue:

Evento	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
2023	18.245	29.519
2024	17.116	29.344
2025	36.490	49.753
2026	38.122	57.427
2027	37.337	56.542
2028 a 2032	224.876	321.400
2033 a 2037	131.832	144.199
Financiamentos e debêntures	504.018	688.184

a. COMPROMISSOS FINANCEIROS CONTRATUAIS (COVENANTS)

Os contratos de dívida da Companhia possuem cláusulas de compromissos financeiros contratuais (covenants) anuais.

b. GARANTIAS

Em 31 de março de 2022, não houve atualizações nas garantias relacionadas ao Finem BNDES. As informações mais detalhadas podem ser observadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

13 | Provisão para compromissos futuros

A movimentação da provisão para a controladora e consolidado para os três meses findos em 31 de março de 2022 e 2021 é conforme segue:

	Aimorés	Candonga	Capim Branco	Funil	Igarapava	Porto Estrela	Controladora	Centrais Eólicas (a)	Consolidado
Saldo em 31/12/2020	13.364	920	-	6.386	3.237	-	23.907	15.552	39.459
Adições / (Baixas)	-	-	-	-	(86)	-	(86)	(662)	(748)
Pagamentos	(2.745)	(39)	-	(758)	(110)	-	(3.652)	(45)	(3.697)
Atualização	89	17	-	150	64	-	320	279	599
Saldo em 31/03/2021	10.708	898	-	5.778	3.105	-	20.489	15.124	35.613

Saldo em 31/12/2021	67.513	498	7.687	4.190	1.301	4.416	85.605	14.111	99.716
Adições / (Baixas)	3.026	(19)	(561)	(420)	1.243	(879)	2.390	(186)	2.204
Pagamentos	(3.526)	(35)	(80)	(483)	(87)	(41)	(4.252)	-	(4.252)
Atualização	1.376	11	146	110	55	74	1.772	302	2.074
Saldo em 31/03/2022	68.389	455	7.192	3.397	2.512	3.570	85.515	14.227	99.742

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Passivo circulante	19.547	18.217	20.055	18.661
Passivo não circulante	65.968	67.388	79.687	81.055
	85.515	85.605	99.742	99.716

(a) O saldo das provisões das Centrais Eólicas se refere aos compromissos socioambientais e desmantelamento.

14 | Processos judiciais

a. PROVISÕES PARA PROCESSOS JUDICIAIS

A composição dos passivos contingentes da Companhia se refere basicamente às contingências associadas aos ativos aportados na Companhia por seus dois acionistas.

A Companhia constituiu provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, e nas quais a Companhia figura no polo passivo baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais serão necessárias saídas de recursos financeiros para liquidar as obrigações.

Segue abaixo a composição do saldo da controladora e do consolidado:

	Ambiental	Cíveis	Trabalhistas	Regulatório	TOTAL
Saldo em 31/12/2020	106.968	25.521	764	212.199	345.452
Adições/atualizações	-	291	-	-	291
Atualizações	2.827	732	14	13.760	17.333
Reversões/pagamentos	(265)	(2.061)	(23)	-	(2.349)
Saldo em 31/03/2021	109.530	24.483	755	225.959	360.727
Saldo em 31/12/2021	125.283	31.184	790	-	157.257
Adições	-	-	-	-	-
Atualizações	2.658	1.268	16	-	3.942
Reversões/pagamentos	-	(1.723)	-	-	(1.723)
Saldo em 31/03/2022	127.941	30.729	806	-	159.476

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas demonstrações contábeis a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. A Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das suas operações e a sua posição financeira.

Processos judiciais relativos a passivos contingentes cuja expectativa de perda é provável e para os quais foram constituídas provisões

Os valores apresentados para as provisões refletem as melhores expectativas dos desembolsos futuros para as contingências relacionadas a elas, sendo os detalhes sobre os principais processos judiciais relativos a estas provisões conforme segue:

Ações ambientais

- **Preservação permanente do entorno do reservatório**

Trata-se de ação civil pública que tem como principal objeto a formação das áreas de preservação permanente do entorno dos reservatórios dos aproveitamentos hidrelétricos Capim Branco I e II (“AHEs Capim Branco”). De acordo com o MPE, a área que compõe a APP do entorno dos reservatórios seria de 100 metros e deveria ter sido integralmente adquirida ou desapropriada pelo CCBE, não sendo legítima a instituição de “servidão civil” na faixa de 100 metros de APP, conforme previu o licenciamento ambiental dos AHEs.

O valor provisionado como perda provável é de R\$84.103 (R\$82.247 em 31 de dezembro de 2021).

Processos judiciais relativos a passivos contingentes cuja expectativa de perda é possível e para os quais não foram constituídas provisões

A Companhia possui passivos contingentes referentes a processos judiciais para os quais acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial e que, portanto, sua expectativa de perda é considerada possível.

Segue abaixo a composição para a Controladora e Consolidado:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Ambiental	38.348	37.448	38.998	38.035
Cíveis	53.664	51.111	53.762	51.200
Regulatório	27.437	26.287	27.459	26.309
Tributário	76.949	75.423	76.949	75.423
Outras	76	72	76	72
	196.474	190.341	197.244	191.039

b. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Os depósitos vinculados a litígios referem-se, principalmente, às demandas judiciais ambientais.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Trabalhista	773	751	773	751
Cíveis	367	359	378	369
Ambiental	6.134	5.976	6.134	5.976
	7.274	7.086	7.285	7.096

Exceto pelo descrito anteriormente, em 31 de março de 2022, não ocorreram atualizações significativas nos demais processos avaliados como sendo de risco provável ou possível. As informações mais detalhadas podem ser observadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

15 | Patrimônio líquido

Em 31 de março de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 o capital social da Companhia era de R\$1.291.488, dividido em 1.291.582.500 (um bilhão, duzentas e noventa e um milhões, quinhentas e oitenta e duas mil e quinhentas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

A composição do capital social da Companhia é conforme segue:

Acionistas	31/03/2022		31/12/2021	
	(No de Ações)	(Em R\$)	(No de Ações)	(Em R\$)
Vale S.A.	710.370.375	710.318.125,65	710.370.375	710.318.125,65
Cemig GT	581.212.125	581.169.375,35	581.212.125	581.169.375,35
	1.291.582.500	1.291.487.501,00	1.291.582.500	1.291.487.501,00

(a) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição da totalidade dos lucros líquidos apurados como dividendos, respeitados os planos de negócios e de investimentos aprovados pela Companhia. Entretanto, em 24 de março de 2022, do lucro do exercício anterior de R\$505.836, foi aprovado na reunião de conselho administração a destinação de: (i) R\$220.000 (R\$505.836 em 31 de dezembro de 2021) como dividendos a pagar e (ii) R\$285.835 como constituição de reserva de retenção de lucros (R\$0 em 31 de dezembro de 2021).

(b) Reserva legal

De acordo com o art. 193 da Lei das Sociedades por Ações, a Sociedade deve destinar 5% do lucro líquido apurado no exercício à constituição da reserva legal, até o limite de 20% do capital social. A destinação é facultativa quando a reserva legal, somada as reservas de capital, superam em 30% o capital social.

Assim, a Companhia não constituiu reserva legal no exercício comparativo, em decorrência das reservas de capital representarem 44% do capital social.

(c) Reserva de capital

O tratamento dado à integralização dos ativos de titularidade da acionista Vale ao capital da Companhia, no valor líquido de R\$1.276.668, é o seguinte: R\$710.251 foram destinados à conta do capital social e o montante de R\$566.417 foi destinado à constituição de Reserva de Capital, de forma que se manteve no Capital Social a proporção de 55% e 45% para Vale e Cemig GT, respectivamente.

(d) Lucro por ação

Conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação, a seguir estão reconciliados o lucro líquido e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o lucro básico e diluído por ação.

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/03/2022	31/03/2021
Lucro líquido do período	61.886	96.013
Média ponderada das ações (ações em milhares)	1.291.582	1.291.582
Lucro líquido básico e diluído por ação (em R\$)	0,05	0,07

16 | **Receita líquida**

A composição da receita da Companhia para controladora e consolidado é conforme segue:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
Fornecimento bruto de energia elétrica (a)	297.128	303.434	321.162	326.444
Transações com energia na CCEE	1.350	415	1.582	4.122
Receita bruta pela prestação de serviços	281	249	48	109
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas (b)	(42.616)	(41.964)	(47.158)	(46.121)
	256.143	262.134	275.634	284.554

Atualmente, parte substancial de suas vendas estão concentradas em seus dois acionistas.

a. FORNECIMENTO BRUTO DE ENERGIA ELÉTRICA

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores para controladora e consolidado, é a seguinte:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
Industrial ou equivalente	145.558	144.630	160.318	113.230
Suprimento Geração 3ºs	8.119	6.270	8.119	9.702
Suprimento a outras concessionárias	143.451	152.534	152.725	168.312
	297.128	303.434	321.162	291.244

b. IMPOSTOS E ENCARGOS INCIDENTES SOBRE AS RECEITAS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
Tributos sobre a receita				
PIS	(4.855)	(5.020)	(5.040)	(5.231)
COFINS	(22.361)	(23.123)	(23.219)	(24.097)
ICMS - substituição tributária	(4.728)	(4.353)	(8.141)	(7.243)
ISS	(13)	(12)	(14)	(12)
	(31.957)	(32.508)	(36.414)	(36.583)
Encargos do consumidor				
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos	(7.112)	(5.863)	(7.112)	(5.863)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica	(989)	(956)	(1.074)	(1.038)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	(1.023)	(1.055)	(1.023)	(1.055)
Pesquisa expansão sistema energético - MME	(512)	(527)	(512)	(527)
Pesquisa e desenvolvimento	(1.023)	(1.055)	(1.023)	(1.055)
	(10.659)	(9.456)	(10.744)	(9.538)
	(42.616)	(41.964)	(47.158)	(46.121)

17 | Custos e despesas operacionais

A composição dos custos e das despesas operacionais da Companhia é conforme segue:

a. CUSTOS COM GERAÇÃO DE ENERGIA PARA CONTROLADORA E CONSOLIDADO

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
Energia elétrica comprada para revenda	(65.514)	(47.532)	(66.152)	(48.966)
Repasse repactuação do Risco Hidrológico	493	5.870	493	5.870
Depreciação e amortização	(32.521)	(33.696)	(39.896)	(41.085)
Serviços de terceiros	(9.554)	(7.173)	(12.708)	(9.057)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(18.684)	(14.217)	(21.168)	(15.238)
Pessoal	(10.257)	(7.116)	(10.257)	(7.144)
Materiais	(999)	(937)	(1.011)	(945)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	(4.858)	(3.694)	(4.516)	(3.321)
	(141.894)	(108.495)	(155.215)	(119.886)

b. DESPESAS OPERACIONAIS

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
Pessoal	(4.053)	(3.365)	(4.053)	(3.365)
Serviços de terceiros	(3.156)	(1.980)	(3.434)	(2.248)
Participação dos empregados no resultado	(1.536)	(312)	(1.536)	(312)
Depreciação e amortização	(283)	(218)	(285)	(306)
Contingências	(231)	(130)	(231)	(130)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	(1.251)	(1.619)	(2.096)	(2.264)
	(10.510)	(7.624)	(11.635)	(8.625)
Resultado de equivalência patrimonial	3.390	6.515	-	-
Amortização do ágio	(75)	(88)	-	-
	3.315	6.427	-	-
	(7.195)	(1.197)	(11.635)	(8.625)

18 | Receitas e despesas financeiras

A composição do resultado financeiro para controladora e consolidado é conforme segue:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
Receitas financeiras				
Renda de aplicação financeira	9.360	2.993	12.953	3.450
Outras	366	2.275	533	3.634
	9.726	5.268	13.486	7.084
Despesas financeiras				
Encargos financeiros - concessões a pagar	(17.986)	(9.041)	(17.986)	(9.041)
Encargos financeiros - compromissos futuros	(1.772)	(320)	(2.074)	(599)
Encargos de financiamentos e debêntures	(4.592)	(5.770)	(8.780)	(9.344)
Outras	(317)	(304)	(612)	(552)
	(24.667)	(15.435)	(29.452)	(19.536)
	(14.941)	(10.167)	(15.966)	(12.452)

19 | Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

	Centrais Eólicas		Vale S.A.		Grupo Cemig		TOTAL	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Contas a receber								
Venda de energia	-	-	48.774	44.315	20.203	16.785	68.977	61.100
Serviços de backoffice	371	273	-	-	-	-	371	273
Acerto de contingências passivas (iii)	-	-	97.831	96.425	53.331	52.497	151.162	148.922
Dividendos a receber	29.165	7.305	-	-	-	-	29.165	7.305
Redução de capital	104.752	-	-	-	-	-	104.752	-
Contas a pagar								
Serviços de O&M	-	-	28	-	760	780	788	780
Dividendos a pagar	-	-	121.000	278.210	99.000	227.626	220.000	505.836
TUSD ¹ / TUST ²	-	-	-	-	293	295	293	295
	Centrais Eólicas		Vale S.A.		Grupo Cemig		TOTAL	
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
Resultado								
Receita com venda de energia	-	-	144.942	166.597	53.866	46.027	198.808	212.624
Receita com serviços de backoffice	233	211	-	-	-	-	233	211
TUSD ¹ / TUST ²	-	-	-	-	(13.934)	(9.984)	(13.934)	(9.984)
Custo com O&M	-	-	(30)	-	(1.327)	(1.211)	(1.357)	(1.211)
Compra de energia	-	-	(2.228)	(12.379)	-	-	(2.228)	(12.379)
Outras despesas	-	-	(294)	(144)	-	(1)	(294)	(145)
Recuperação de despesas	488	315	-	-	-	-	488	315

¹ Tarifa pela utilização do sistema de distribuição

² Tarifa pela utilização do sistema de transmissão

As principais transações com partes relacionadas referem-se a: (i) vendas/compras de energia elétrica às acionistas Vale S.A e Cemig Geração e Transmissão S.A.; (ii) recuperação de despesas; (iii) despesas com contingências relacionadas a

causas que têm como fato gerador ocorrido antes do aporte dos ativos; (iv) serviços de operação e manutenção; e (v) dividendos a pagar e receber.

As transações entre partes relacionadas foram estabelecidas com base em condições negociadas entre as partes.

Remuneração do pessoal-chave da Companhia

Para o período findo em 31 de março de 2022, a remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla pagamentos a diretores e gerentes que desempenham funções de diretoria nos consórcios, totalizou R\$1.095, incluindo pró-labore, salários e benefícios (R\$1.156 em 31 de março de 2021). Esse valor está registrado no resultado na rubrica de despesas gerais e administrativas.

20 | Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

A Administração reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é VJR (Valor justo por meio do resultado), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

A Administração desconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou em que a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e não detém o controle do ativo financeiro.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) ou ao valor justo por meio do resultado (“VJR”) com base tanto:

- (a) no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto
- (b) nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

O Grupo mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O Grupo mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, o Grupo

pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir.

Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

O Grupo desconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram.

No desconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação de saldos (“offsetting”)

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem um direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente ao valor justo e mensurados de acordo com as classificações abaixo:

- **Custo amortizado:** encontram-se nesta categoria caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros valores a receber e outros valores a receber de partes relacionadas. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos;
- **Passivos financeiros não derivativos:** encontram-se nesta categoria os fornecedores, financiamentos e debêntures, arrendamentos e concessões a pagar. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.

A Companhia considerou o valor justo de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, depósitos judiciais, fornecedores e empréstimos e financiamentos como substancialmente igual aos seus valores contábeis em razão da natureza e características desses instrumentos.

Categoria dos instrumentos financeiros

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Ativos financeiros:				
Custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	181.098	274.232	309.704	378.108
Aplicações financeiras	201.868	140.378	229.000	178.942
Contas a receber	112.294	105.166	122.552	119.406
Outros valores a receber	32.090	27.629	32.561	28.269
Outros valores a receber de partes relacionadas	151.161	148.922	151.161	148.922
	678.511	696.327	844.978	853.647

Passivos financeiros:

Avaliados ao custo amortizado

Fornecedores	32.162	57.943	41.991	69.538
Financiamentos e debêntures	606.106	604.523	800.987	801.657
Arrendamentos	3.867	4.195	18.379	17.411
Concessões a pagar	282.236	282.287	282.236	282.287
	924.371	948.948	1.143.593	1.170.893

Devido ao ciclo, o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes, aplicações financeiras, contas a receber, outros valores a receber, outros valores a receber de partes relacionadas, fornecedores, arrendamentos é correspondente ao seu valor contábil.

Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Nas operações envolvendo instrumentos financeiros somente foram identificadas diferenças relevantes entre os valores apresentados no balanço patrimonial e os respectivos valores de mercado nos instrumentos financeiros abaixo apresentados. Essas diferenças ocorrem principalmente em virtude desses instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

	CONTROLADORA			
	31/03/2022		31/12/2021	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Passivos financeiros:				
Avaliados ao custo amortizado				
Concessões a pagar	282.236	325.672	282.287	323.314
	282.236	325.672	282.287	323.314

	CONSOLIDADO			
	31/03/2022		31/12/2021	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Passivos financeiros:				
Avaliados ao custo amortizado				
Financiamentos	606.106	648.790	801.657	817.493
Concessões a pagar	282.236	325.672	282.287	323.314
	888.342	974.462	1.083.941	1.140.807

Métodos e técnicas de avaliação

A Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim, como os saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras mantidas até o vencimento, entende-se que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Para as debêntures classificadas e mensuradas ao custo amortizado, a Companhia entende que, por se tratar de operações bilaterais e por não possuírem mercado ativo, já que as debêntures não foram negociadas em mercado secundário, nem outra fonte similar com condições comparáveis as já apresentadas e que possam ser parâmetro à determinação de seus valores justos, os valores contábeis refletem o valor justo das operações.

Para os financiamentos e concessões a pagar, a Companhia mensura o valor justo através do valor presente dos fluxos projetados considerando as características contratuais de cada operação. A metodologia adotada consiste em calcular o valor presente dos fluxos futuros das dívidas.

Risco de taxas de câmbio

A Companhia não possui saldos em moedas estrangeiras relevantes, ou mesmo quaisquer direitos e/ou compromissos indexados à variação cambial.

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de elevação da taxa de juros, em 31 de março de 2022. Esta exposição ocorre em função do passivo de Financiamentos e Debêntures (Nota nº 13) indexado à variação do CDI e TJLP.

As aplicações financeiras da Companhia foram alocadas em CDBs, rentabilizadas pelos CDI, reduzindo a exposição líquida em 31 de dezembro de 2021.

Adicionalmente, a totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com aplicação de IPCA, o que representa um *hedge* natural de longo prazo para as dívidas e as obrigações indexadas a índices atrelados à aceleração inflacionária, caso das dívidas vinculadas ao CDI e TJLP.

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação da taxa de juros mais relevante, os consultores econômicos da Companhia estimam que, em um cenário provável em 31 de março de 2022, a TJLP acumulada para os empréstimos será de 4,55% e o CDI acumulado será de 10,96% para as aplicações financeiras e empréstimos. A Companhia realizou uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na taxa CDI de 25% e 50% em relação ao cenário base, considerados como Cenário I e II, respectivamente, para controladora e consolidado.

a. CONTROLADORA:

	31/03/2022			
	Valor Contábil	Cenário Base CDI 12,31%	Cenário I CDI 15,39%	Cenário II CDI 18,47%
Ativo				
Aplicações financeiras (nota explicativa nº 3 e 4)	382.710	429.822	441.609	453.397
Ativo exposto	382.710	429.822	441.609	453.397
Efeito no resultado		47.112	58.899	70.687
	31/03/2022			
	Valor Contábil	Cenário Base IPCA 0,41%	Cenário I IPCA 0,51%	Cenário II IPCA 0,62%
Passivo				
Debêntures (nota explicativa no 12)	(606.106)	(608.591)	(609.197)	(609.864)
Passivo exposto	(606.106)	(608.591)	(609.197)	(609.864)
Efeito no resultado		(2.485)	(3.091)	(3.758)
Efeito líquido da variação do CDI no resultado		44.627	55.808	66.929

b. CONSOLIDADO:

	31/03/2022			
	Valor Contábil	Cenário Base CDI 12,31%	Cenário I CDI 15,39%	Cenário II CDI 18,47%
Ativo				
Aplicações financeiras (nota explicativa nº 3 e 4)	538.329	604.597	621.178	637.758
Ativo exposto	538.329	604.597	621.178	637.758
Efeito no resultado		66.268	82.849	99.429

Descritivo	31/03/2022			
	Valor Contábil	Cenário Base IPCA 0,41%	Cenário I IPCA 0,51%	Cenário II IPCA 0,62%
Passivo				
Debêntures (nota explicativa no 13)	(606.106)	(608.591)	(609.197)	(609.864)
Passivo exposto	(606.106)	(608.591)	(609.197)	(609.864)
Efeito no resultado		(2.485)	(3.091)	(3.758)

Descritivo	31/03/2022			
	Valor Contábil	Cenário Base TJLP 5,32%	Cenário I TJLP 6,65%	Cenário II TJLP 7,98%
Passivo				
Finem BNDES (nota explicativa no 13)	(194.884)	(205.252)	(207.844)	(210.436)
Passivo exposto	(194.884)	(205.252)	(207.844)	(210.436)
Efeito no resultado		(10.368)	(12.960)	(15.552)
Efeito líquido da variação do CDI e da TJLP no Resultado		53.415	66.798	80.120

Risco de elevação da inflação

A Companhia está exposta ao risco de elevação da inflação, em 31 de março 2022. Esta exposição ocorre em função do passivo de Concessões a pagar (Nota nº 12) indexado à variação do IGP-M.

- Análise de sensibilidade**

No que se refere ao risco de elevação da inflação mais relevante, os consultores econômicos da Companhia estimam que, em um cenário provável em 31 de março de 2022, a taxa IGP-M anualizada será de 3,70%. A Companhia realizou uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50% em relação ao cenário base, considerados como Cenário I e II, respectivamente, para controladora e consolidado.

RISCO - ELEVAÇÃO DA INFLAÇÃO	31/03/2022			
	Valor Contábil	Cenário Base IGP-M 7,32%	Cenário I IGP-M 9,15%	Cenário II IGP-M 10,98%
Passivo				
Concessões a pagar (nota explicativa no 12)	282.236	302.896	308.061	313.226
Passivo líquido exposto	282.236	302.896	308.061	313.226
Efeito líquido da variação do IGP-M no resultado		20.660	25.825	30.990

Risco de liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Aliança administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das operações, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos manejando seus recursos em instituições financeiras de primeira linha, aplicados diretamente em CDBs ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições

e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas com fornecedores, empréstimos e concessões a pagar, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, para controladora e consolidado, podem ser observadas na tabela abaixo:

CONTROLADORA	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos financeiros à taxa de juros:					
- Pós-Fixadas					
Financiamentos e debêntures	22.607	67.820	192.474	323.205	606.106
Concessões a pagar	6.709	30.384	128.896	116.247	282.236
CONSOLIDADO					
Instrumentos financeiros à taxa de juros:					
- Pós-Fixadas					
Financiamentos e debêntures	25.327	75.979	269.827	429.854	800.987
Concessões a pagar	6.709	30.384	128.896	116.247	282.236

Risco de aceleração do vencimento de dívidas

A Companhia possui contratos de financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas (covenants), normalmente aplicáveis às operações dessa natureza, relacionadas ao atingimento de indicadores de desempenho financeiro. Caso a Companhia não atenda a alguma destas cláusulas, as dívidas poderão ter seus respectivos vencimentos adiantados. Em 31.12.2021, a Companhia cumpriu todas as cláusulas restritivas de seus contratos (Nota 13 – Financiamentos e Debêntures).

Risco de crédito

Atualmente, os recebíveis da Companhia advêm de contratos firmados no mercado regulado, de volume de venda de energia realizada com seus acionistas (partes relacionadas) ou da liquidação no mercado de curto prazo. A liquidação dos contratos no mercado regulado é lastrada por um forte arcabouço regulatório que impõe rígidas sanções às distribuidoras inadimplentes. Na liquidação do contrato de venda de energia com acionistas entende-se que o risco de crédito é mitigado pelo interesse intrínseco da parte envolvida. Com relação às liquidações no mercado de curto prazo, o controle é feito pela própria CCEE que centraliza as operações dos principais agentes setoriais.

Dessa forma, o risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento, - buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores.

Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos é baixa, haja visto que a Companhia investe apenas em instituições de primeira linha e realiza uma criteriosa análise do risco associado a estas instituições, bem como ao risco associado aos produtos financeiros nos quais aplica.

A Companhia tem acesso às avaliações de risco de seus acionistas no que diz respeito às contrapartes de instituições financeiras, estas análises são também realizadas com base nas políticas internas aprovadas pelos seus respectivos fóruns de definição de estratégias para gerenciamento dos riscos financeiros.

A Companhia avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco de crédito é a seguinte:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	181.098	274.232	309.704	378.108
Aplicações financeiras	201.868	140.378	229.000	178.942
Contas a receber	112.073	105.166	122.331	119.406
Outros valores a receber de partes relacionadas	151.161	148.922	151.161	148.922
Total da exposição	646.200	668.698	812.196	825.378

Riscos de concentração de clientes

Atualmente, parte substancial de suas vendas estão concentradas em seus dois acionistas.

Riscos hidrológicos

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é realizado, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo ONS, cada usina hidrelétrica, incluindo as da Companhia, está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do país.

A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega da energia contratada, poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que afetaria seus resultados financeiros futuros. Entretanto, com exceção da Usina de Candonga, a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica da Companhia está inserida no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que mitiga parte do risco hidrológico, alocando-o entre todas as usinas vinculadas ao MRE. Adicionalmente, em 8 de dezembro de 2015 a Companhia optou por repactuar o risco hidrológico para os seus contratos firmados no ACR, conforme detalhamento apresentado na Nota Explicativa 6.

21 | Cobertura de seguros

a. SEGURO DE VIDA

A Companhia possui a política de seguro de vida a todos os seus funcionários, onde o custo é totalmente pago pela Companhia.

b. SEGURO SAÚDE

O seguro saúde é oferecido aos funcionários, de acordo com os critérios definidos na política da Companhia, com a contribuição da maior parte do custo no plano completo. O plano de saúde oferecido abarca colaboradores e seus dependentes. Em 31 de março de 2022, os valores correspondentes ao custo de Seguro Saúde pagos pela Companhia foram de R\$453 (R\$301 em 31 de março de 2021).

c. SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL E RISCO OPERACIONAL

A Companhia contratou cobertura de seguro de responsabilidade civil e para risco operacional nos montantes de R\$30.000 e R\$391.782, respectivamente. A vigência das citadas apólices é até 21 de março de 2023.

22 | Compromissos

Em 31 de março de 2022, as controladas da Companhia possuem os seguintes compromissos assumidos, sendo todos integralmente referentes à implantação do Projeto Eólico Santo Inácio:

- A Companhia assinou um contrato para operação e manutenção de seus aerogeradores por dez anos, o qual resultará em uma despesa total de R\$40.918.
- Ademais, a Companhia possui ainda contratos de arrendamento com os proprietários das terras onde seus ativos estão implementados, estes arrendamentos preveem o pagamento de 1,5% da receita líquida dos aerogeradores implantados no terreno do arrendatário. A expectativa de desembolsos com a referida obrigação é: Santo

Inácio III no valor de R\$10.759; Santo Inácio IV no valor de R\$8.162; Garrote no valor de R\$8.162; e São Raimundo no valor de R\$8.533.

De acordo com os dados acerca da garantia física e dos contratos de compra e venda em vigor, demonstramos abaixo o balanço energético da Companhia e a capacidade de contratação nos próximos 5 anos:

	MW médios				
	2022	2023	2024	2025	2026
Garantia Física	635,67	656,29	668,32	668,32	668,32
Garantia Física no CG	619,15	639,68	651,66	651,66	651,66
Contratos de Compra	122,79	32,00	0,00	0,00	0,00
Contratos de Venda	625,60	592,69	568,46	568,46	568,46
Distribuidor	27,55%	29,08%	30,32%	30,32%	30,32%
Autoprodutor	63,63%	64,11%	64,50%	64,50%	64,50%
Gerador	8,82%	6,82%	5,19%	5,19%	5,19%
Comercializador	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Total Contratado	101,04%	92,66%	87,23%	87,23%	87,23%

A Companhia considerou as seguintes premissas:

- Os CCEARs das usinas da Companhia são provenientes do 2º LEN (Aimorés e Porto Estrela) e 5º LEN (Funil);
- Consideramos o retorno da operação comercial da UHE Risoleta Neves em 01 de julho de 2023;
- Foram considerados os contratos de compra e venda firmados até 02 de março 2021 para todo o horizonte; e
- Os contratos de venda da Companhia reduzem a partir de 2022 em função da operação de SWAP com os projetos das Centrais Eólicas Acauãs e Gravier.

23 | Informações complementares ao fluxo de caixa

As principais transações complementares ao fluxo de caixa foram as seguintes:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
Dividendos a receber (1)	126.612	-	-	-
Capitalização de juros (2)	18.272	1.860	18.272	1.860
Provisão de demandas judiciais (3)	1.799	14.984	1.799	14.984
Contabilização IFRS 16 (4)	-	-	1.334	1.237
	146.683	16.844	21.405	18.081

- 1) Destinação de dividendos a receber do Parque Eólico Santo Inácio;
- 2) Juros capitalizados oriundos da 3ª e 4ª emissão de debêntures;
- 3) As provisões de demandas judiciais, cujo fato gerador é anterior a criação da Aliança, não transitaram pelo resultado da Companhia e serão ressarcidas pelos seus acionistas; e
- 4) Em 2022 e 2021, a Companhia registrou o passivo de arrendamento e um direito de uso no grupo de imobilizado, de acordo com o IFRS 16.

24 | Eventos subsequentes

5ª Emissão de debêntures

Em 15 de abril de 2022, a Companhia realizou a 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, no valor de R\$240.000. A emissão foi liquidada no dia 05 de maio de 2022, nos termos da Instrução nº 476/2009 da Comissão de Valores Mobiliários e na forma do artigo 2º da Lei nº12.431/2011. O prazo total é de 14 anos, com vencimento no dia 15 de abril de 2036 e amortização semestral em 27 (vinte e sete) parcelas, sendo a primeira em 15 de abril de 2023. O pagamento de juros é semestral a partir de 15 de outubro de 2022.

Aportes em controladas

Em abril e maio de 2022 a Aliança realizou aportes para aumento de capital nas Centrais Eólicas Acauã I, II, III e Gravier, perfazendo os respectivos montantes de R\$7.381, R\$9.893, R\$2.917 e R\$28.220.

DIRETORIA

Cibele Soares Dias Dos Anjos
Diretor de Comercialização e de Engenharia

Paulo de Tarso de Alexandria Cruz
Diretor de Operações

RESPONSÁVEL TÉCNICO

Rafael Lisboa Fernandes
Contador CRC/MG - 105611/O-3



A nova geração da energia.

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

A Aliança Energia garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Artigo 10, § 1º, da MP nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

Confira o documento original através de seu smartphone:



Confira através da internet:

Passo 1 - Acesse o site:

<https://assinarweb.com.br/alianca/verificar>

Passo 2 - Digite o login: 0172703

Passo 3 - Digite a senha: fd2H1fyu